MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar****Despacho n.º 22 643/2006**

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel INF 04040986, João Alberto Nunes Silva, por um período de 120 dias, com início em 1 de Setembro de 2006, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 3, «Academia Militar», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

17 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Despacho n.º 22 644/2006

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel TMANTM 14330974, António Sénico da Costa Fanguero, por um período de 365 dias, com início em 5 de Julho de 2006, para desempenhar funções de director técnico, em regime de não residente, do Projecto n.º 4, «Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

17 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional**Louvor n.º 706/2006**

Louvo o tenente-coronel piloto aviador (043308-L) Carlos Manuel Leitão Matela porque ao longo dos três anos em que prestou serviço na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional assumiu e desenvolveu actividades que considero dignas de reconhecimento.

Apresentado em 1 de Setembro de 2003, serviu como oficial-adjunto do Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa, onde desenvolveu profícuo e assinalável trabalho, no cumprimento das tarefas incumbidas ao referido Departamento, e, especialmente, na área específica de responsabilidade que lhe foi atribuída.

Relevo a forma como planeou e geriu, durante o ano de 2005, as actividades do secretariado das EUROFORÇAS, da responsabilidade de Portugal, designadamente as acções relacionadas com o grupo de trabalho político-militar do Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN). A sua facilidade de relacionamento e de comunicação, aliadas aos seus conhecimentos profissionais, muito contribuíram para o êxito da missão de que foi incumbido, em ambiente internacional muito complexo.

Saliento, ainda, a sua capacidade de planeamento e de organização, qualidades que ficaram bem patentes na forma, muito empenhada e responsável, como planeou e preparou a reunião que envolveu os chefes de estado-maior-general dos Estados signatários das EUROFORÇAS, realizada em Portugal com assinalável dignidade e iniludível sucesso.

Militar dinâmico e com evidente capacidade de iniciativa, permanentemente insatisfeito e preocupado com a sua formação profissional, procura, sistematicamente, aumentar o nível dos seus conhecimentos, através da realização de trabalhos de investigação e da frequência de cursos do âmbito civil e militar.

Dos conhecimentos obtidos nestas acções de formação, beneficiou a Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional por via dos trabalhos,

sempre actualizados e esclarecidos, que realizou no âmbito das funções atribuídas.

Pelo exposto, e ainda porque, durante a sua permanência, de três anos, na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, soube grandear a estima e a consideração de todas as pessoas com quem trabalhou, considero justo reconhecer como público o louvor ao tenente-coronel Carlos Matela.

11 de Agosto de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

Louvor n.º 707/2006

Louvo a licenciada Maria Alexandra Moura dos Santos Garcia Leandro, técnica superior principal do quadro da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, pela forma como tem contribuído para a acção da Direcção-Geral no seu conjunto e do Departamento de Relações Multilaterais em particular.

A licenciada Alexandra Leandro evidenciou-se pelas suas intrínsecas qualidades pessoais e profissionais, pelo tratamento correcto e equilíbrio de comportamento, que se reflectem na consideração e estima de que justamente goza, quer junto dos seus pares do Departamento, onde presta serviço desde Abril de 1999, quer junto dos demais funcionários e dirigentes da Direcção-Geral.

Integrada numa área especialmente dedicada às relações internacionais, sempre deu, com elevado empenho, dedicação, competência profissional, capacidade de trabalho e espírito de missão, resposta pronta e eficiente às tarefas que lhe foram atribuídas.

De realçar os trabalhos regulares de síntese dedicados aos países de interesse na Ásia Central, Cáucaso e Médio Oriente, que permitiram ter uma visão global, na perspectiva da segurança e defesa, dos desenvolvimentos mais significativos nestas regiões, assim como o acompanhamento dos principais desenvolvimentos relacionados com a Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE).

Neste contexto, foi a sua colaboração relevante para o atempado tratamento dos inúmeros questionários relacionados com as medidas de confiança e o controlo de armamentos, que decorrem dos diversos tratados e convenções de que Portugal é signatário, sendo de destacar a prestímosa colaboração que prestou ao seu director de Departamento durante a presidência portuguesa do Open Skies Pod Group, que decorreu de Outubro de 2003 a Outubro de 2004.

Da sua vasta actividade salienta-se a elaboração de várias súmulas, subordinadas à temática da OSCE ou às questões de não proliferação de armas de destruição maciça, assim como o apoio no âmbito da organização de eventos internacionais em Portugal, como foi o caso da reunião do High Level Group e de directores-gerais de Política da NATO (Março de 2004), reuniões do Open Skies Pod Group (de Outubro de 2002 e Março de 2004) e o exercício de interdição marítima «Ninfa 2005» (Abril de 2005). Nestas e noutras tarefas, distinguiu-se como um auxiliar precioso, mercê da sua lealdade, espírito de entreajuda e fácil relacionamento humano.

Pelo que fica expresso, no momento em que a licenciada Alexandra Leandro deixa esta Direcção-Geral, é-me muito grato reconhecer, publicamente, o seu desempenho ao longo dos últimos anos em que desenvolveu a sua actividade na Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, considerando os serviços por si prestados de elevado mérito.

27 de Setembro de 2006. — O Director-Geral, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.

Instituto de Defesa Nacional**Despacho (extracto) n.º 22 645/2006**

Por despacho de 9 de Outubro de 2006 do Ministro da Defesa Nacional, foi nomeado para exercer funções de assessor de estudos deste Instituto o COR INF NIM 07536380, José Silva Ferreira Loureiro, continuando a auferir a sua remuneração pelo serviço de origem, nos termos das disposições do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 41/91, de 16 de Agosto, conjugadas com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, ouvido o Chefe do Estado Maior do Exército. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Setembro de 2006. — O Director, *Aníbal J. R. Ferreira da Silva*, major-general.

Despacho n.º 22 646/2006

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para exercer funções de secretariado no meu Gabinete a assistente administrativa especialista do quadro de pessoal deste Instituto Maria Albertina Gomes Alves, com efeitos a 27 de